CONFLITOS NA CIVILIDADE: TERRORISMO EXTREMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Hugo Arend*

> O atentado do World Trade Center é o primeiro depois da Guerra Fria. Sejam quem forem os seus autores, inaugura uma nova era do terrorismo que nada tem em comum com as repetidas explosões que sacodem regularmente a Irlanda ou a Inglaterra.
>
> Paul Virilio (1999)

Introdução

A citação que nos serve de epígrafe já não impressiona muito. Desde os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, o terrorismo foi interpretado a partir de vários ângulos. O valor das palavras de Paul Virilio se perde facilmente naquele turbilhão de interpretações. No entanto, a originalidade de Virilio não reside apenas na qualidade de seus argumentos a respeito das novas potencialidades do terrorismo, mas também em sua fantástica percepção de quando estas mudanças começaram a acontecer: em fevereiro de 1993 (1999:53).

O ataque ao *World Trade Center* (WTC) ocorrido em 16 de fevereiro de 1993 marcou definitivamente a perda do monopólio do uso da força efetiva por parte dos Estados. A partir de então, ficou comprovado que alguns homens bem preparados e treinados, com uma estratégia bem definida, seriam capazes de causar danos iguais aos de esquadras inteiras. Se, por um lado, a perda de monopólio do uso da força efetiva já havia sido detectada por alguns autores[1], por outro, o ataque ao WTC teve um significado um tanto especial, pois ocorreu no coração da única superpotência mundial, vitoriosa da Guerra Fria.

Neste breve artigo, consideramos que há uma mudança paradigmática no fenômeno do terrorismo que pode ser claramente percebida desde a década de 90 e que possui graves implicações para as relações de interdependência entre os Estados. Iniciamos nossa argumentação pela recapitulação dos dois primeiros artigos desta série, apresentando suas hipóteses centrais e suas relações com a hipótese aqui apresentada, a saber, a de que o terrorismo extremo que está nascendo e se desenvolvendo é qualitativamente diferente do terrorismo que conhecíamos até então.

Dividimos nosso texto em três partes. Na primeira, apresentamos as relações entre o terrorismo e a urbanização. De que forma o terror pode valer-se das características urbanas para potencializar suas ações? De que forma podemos relacionar

o estudo das cidades – do impacto dos atentados terroristas numa dada sociedade – com o estudo das relações internacionais? Na segunda parte, pensamos as relações entre o terrorismo e a globalização. De que forma o terrorismo se beneficia da nova condição globalizada da política e da vida social? Mesmo admitindo que o terrorismo e as organizações terroristas também possam sofrer com algumas das características do mundo globalizado, como por exemplo, a disseminação do sentimento de repulsa a atos tão violentos que, aos poucos, mas decididamente, vem minar a legitimidade da causa defendida, nos preocupamos aqui somente com as vantagens que os terroristas podem tirar da vida globalizada. Na terceira e última parte, nos dedicamos, então, às relações entre o terrorismo extremo e as relações internacionais. Partindo do que foi exposto na primeira e na segunda parte, nos perguntamos de que forma o terrorismo extremo praticado contra um alvo específico, numa cidade específica, num momento específico, pode se tornar um problema para as relações de interdependência entre os estados. Por fim, confrontamos nossa argumentação sobre os conflitos na civilidade e a célebre tese do *choque de civilizações*, defendida pelo sociólogo norte-americano Samuel P. Huntington (1997).

I. Terrorismo e cidades

O terrorismo extremo se relaciona com o urbanismo contemporâneo na medida em que a organização da vida nas grandes metrópoles potencializa suas ações. Isto se dá, primeiro, pela possibilidade de maximização do número de vítimas de um atentado; segundo, pela visibilidade proporcionada ao atentado pelos meios de comunicação; e, terceiro, pela facilidade dos terroristas de conseguirem viver uma vida anônima nas grandes metrópoles multicivilizacionais.

Os usos e abusos destas potencialidades por parte de grupos terroristas não é de forma alguma nova. Contudo, nas décadas finais do século 20, notadamente em meados da década de 1980, o terrorismo iniciou o que consideramos ser uma *escalada ao extremo*, ou seja, os ataques deixaram de ser ações destinadas a vitimar grupos étnicos em específico e em territórios específicos, para atacar indiscriminadamente quaisquer países e regiões da forma mais espetacular possível.[2] Notemos que os ataques da hoje célebre al Qaeda, por exemplo, não são destinados a matar somente ocidentais cristãos e judeus. Eles vitimam de forma também indiscriminada populações muçulmanas que vivem em países ocidentais ou asiáticos. Desta forma, podemos perceber que o novo terrorismo, o terrorismo extremo, difere do que poderíamos denominar *terrorismo de resistência* praticado por organizações como o ETA ou o IRA, que almejavam vitimar apenas o inimigo, nominalmente, espanhóis não bascos e ingleses.

Alguns dos atentados que atestam esta escalada ao extremo são a explosão do Jumbo da PanAm, em dezembro de 1988, sobre a cidade escocesa de Lockerbie, vitimando 259 pessoas; o ataque ao WTC em 1993 – como já notado por Paul Virilio; o atentado ao metrô de Tóquio, em 1995, que vitimou doze pessoas e intoxicou mais de duas mil; no mesmo ano, os Tigres Tâmiles (grupo separatista do Sri Lanka) explodiu um caminhão-bomba no centro de Colombo, capital do país, matando 90 e ferindo mais de 1400; as explosões nas embaixadas norte-americanas no Quênia e na

Tanzânia, a 7 de agosto de 1998[3]; o 11 de Setembro; os atentados mais recentes em Bali, Madrid, Moscou, Ancara, Riad, Londres e, é claro, a repulsiva ação da tomada de crianças como reféns na escola de Beslan, na Ossétia do Norte. O ataque de 1993 ao complexo do WTC, por exemplo, teve como objetivo claro a implosão do prédio. O número de vítimas pretendido pelos terroristas era de 250 mil, conforme o depoimento do responsável pelo ataque, hoje preso nos Estados Unidos (9/11 Commisssion, 2004: 72). Sabemos que o número é exagerado. No entanto, se as duas torres do WTC tivessem colapsado de forma repentina como resultado da explosão do carro-bomba estacionado em seu subsolo, os mortos poderiam ter chegado facilmente a 30 mil. Nenhum outro ataque anterior almejou um número de vítimas tão alto.

A dinâmica terrorista em curso é a de que um punhado de homens bem treinados e disciplinados, empregando um volume muito pequeno de explosivos plásticos como o CEMTEX-H ou o C-4 ou, até mesmo, fazendo uso de estiletes e facas de cozinha, como no caso do 11 de Setembro, podem causar um número de vítimas semelhantes a bombardeios de cidades inteiras com um custo ínfimo.[4] Paul Virilio adverte: "na época dos *cruise missiles* e dos vetores de lançamento nucleares mais sofisticados, admitamos que se trate de um exemplo surpreendente de economia política" (1999: 58).

Esta nova realidade traz à tona uma nova dinâmica: a de que a qualquer momento, em qualquer lugar, poderemos ser vítimas de ataques terroristas. É claro que este tipo de mentalidade se desenvolve principalmente em países e regiões que são alvos mais freqüentes do terrorismo, como nos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e Sul da Ásia. No entanto, devido à extensa visibilidade dada pelos noticiários a todo e qualquer ataque, essa mentalidade pode facilmente tomar conta de qualquer um de nós. Essa dimensão midiática do terror será tratada logo a seguir.

Essa nova dinâmica do terror faz nascer o que Paul Virilio (2004) denomina de "pânico frio", ou seja, a sensação de que podemos ter morte violenta a qualquer momento e que, portanto, devemos estar sempre alertas. Nenhum outro lugar é mais propenso do que as grandes cidades para a propagação deste tipo de sentimento.

Nas cidades, acreditamos viver em "zonas de segurança", tais como *shopping centers*, terminais de aeroportos, escritórios em arranha-céus, condomínios e parques temáticos. Estas zonas têm como objetivo maior nos separar do "mundo selvagem", do mundo com o qual não queremos entrar em contato, o mundo da pobreza, da violência, do caos, das incertezas (Urry, 2002: 62-63). As zonas de segurança servem para nos certificar de que, enquanto dentro delas, estamos seguros, estando protegidos por barreiras, cercas, vidros espelhados, muros, grades, seguranças particulares, câmeras de vigilância, etc. O terrorismo tende a ameaçar essas zonas de segurança, trazendo as "zonas selvagens" da pobreza, da miséria, do ressentimento e da violência para dentro delas: "num mundo globalizado, zonas seguras e zonas selvagens tornam-se bastante próximas...". Isto se dá devido aos fluxos cada vez mais intensos da globalização. O processo de globalização, no qual o mundo se encontra, conduz a um irrefreável fluxo de trocas comerciais, humanas e informacionais, nem sempre benéficas, tais como o tráfico de drogas, pessoas e armas, as levas de imigrantes ilegais que tentam (e muitas vezes atravessam) as fronteiras estatais. Enfim, as zonas de segurança são cada vez mais "contaminadas" e colocadas em risco pelas "zonas selvagens" que penetram, de uma forma ou de outra, as "zonas de segurança". O terrorismo extremo, em sua forma

globalizada, é um exemplo importante dessas "contaminações", pois as fronteiras não separam mais os "inimigos". O inimigo pode ser um cidadão do próprio país, como no caso recente dos muçulmanos que colocaram as bombas nos trens e ônibus de Londres e no caso de Thimothy McVeigh, que explodiu o prédio do governo em Oklahoma City, em abril de 1995.

O terrorismo, então, atiça a paranóia, a incerteza e a insegurança no seio de uma comunidade. A civilidade é posta em xeque. Se não existe a segurança e a certeza de que não morreremos de morte violenta, a própria noção de civilidade se estilhaça. Compreendemos a civilidade como uma condição própria à vida em comunidade. Uma das características mais sólidas da civilidade é a de que dentro da comunidade estamos seguros. Sentimos a comunidade "sempre como uma coisa boa" (Bauman, 2003: 7). Desta forma, confiamos em nossos vizinhos e nas pessoas ao nosso redor.

Paulatinamente, temos visto esse estilhaçamento ocorrer sem a ajuda do terrorismo, como nos casos da violência urbana em todas as metrópoles do mundo. No entanto, a insegurança gerada pelo terrorismo extremo é ainda mais séria que qualquer outro tipo de violência, uma vez que cria um estigma social, notadamente em relação aos muçulmanos que, no mundo ocidental, são rotulados como imigrantes, *sans papiers*, *aliens*, refugiados, estrangeiros.

Com as *zonas de segurança* transformadas em alvos, o que aflora é a desconfiança, a insegurança e, principalmente, o sentimento de revanche a cada atentado. Localmente, isso pode tomar a forma de um policiamento mais ostensivo em zonas consideradas como focos de marginalidade e ameaça, como os guetos. Em se tratando de ataques terroristas sabidamente dirigidos por grupos estrangeiros, a noção que prevalece é a de *acerto de contas*. Esse sentimento foi captado de maneira ácida e precisa pelo chargista do New York Times Tony Auth (2001), logo após o 11 de Setembro:

Testemunhamos como, após o 11 de Setembro, as perseguições étnicas se intensificaram no ocidente, principalmente contra árabes e muçulmanos em geral. Conflitos, agressões, pichações racistas e xenófobas puderam e ainda podem ser testemunhadas mundo afora. É claro que os grupos étnicos agredidos reagem às agressões, dando origem a uma dinâmica de intolerância mútua bastante perigosa e assustadora. Esses são os tipos de conflitos a que chamamos de *conflitos na civilidade*, uma vez que decorrem da confiança[5] estilhaçada entre indivíduos – principalmente aqueles pertencentes a etnias diferentes – e que são catalisadores locais de um drama

político e cultural que toma proporções globais e internacionais na medida em que influenciam decisões de governos sobre como comandar sua política interna – num primeiro plano – e como lidar com suas relações externas – num segundo plano. Voltaremos a este problema mais adiante.

Nesta primeira dimensão se concentra parte da tese que levantamos: a de que as questões de segurança internacional num mundo globalizado não precisam ter início em desavenças entre Estados, mas em conflitos gerados na civilidade mesma de qualquer metrópole do mundo.

2. Terrorismo e Globalização

Em *The Age of Terrorism and the International Political System*, Adrian Guelke já percebera que o "terrorismo internacional pode ser visto como um dos primeiros frutos da globalização" (1995: 169). No dizer do Secretário de Estado norte-americano Colin Powell: o "Terrorismo é o lado negro da globalização" (*apud* Urry, 2002: 57). O terrorismo e a globalização[6] se relacionam na medida em que esta é um processo que facilita os fluxos econômicos, informacionais e humanos em escala jamais experimentada na história, fluxos estes que são usados por organizações terroristas para se beneficiarem de várias formas.

O primeiro aspecto da globalização que facilita logisticamente o terrorismo diz respeito às transações econômicas globais, que se intensificaram bastante nas últimas três décadas. O sistema de cartões de crédito e seu uso massivo por milhões de pessoas permitem que os fluxos de pequenas somas sejam praticamente impossíveis de serem rastreados. Inúmeros governos se preocupam com a facilidade com que organizações terroristas podem ser financiadas por doadores espalhados pelo mundo inteiro sem que sequer entrem em contato entre si. O rastreamento de altas somas é possível, embora bastante difícil.

O segundo aspecto diz respeito aos fluxos humanos que também se intensificaram. Não nos referimos aqui aos fluxos migratórios forçados como os grandes êxodos de populações inteiras assoladas por guerras e perseguições políticas e étnicas. Pensamos nos fluxos de estudantes e turistas que aumentaram significativamente, primeiro, pelo barateamento das passagens aéreas e, segundo, pelo maior contato entre os povos, inerente à própria lógica da globalização. Pensemos no egípcio Mohamed Atta, no Emirático Marwan al Shehhi, no libanês Ziad Jarrah e no saudita Hani Hanjour. Eles foram os pilotos dos quatro aviões no 11 de Setembro. Todos falavam inglês fluentemente. Atta e al Shehhi, inclusive, falavam alemão com fluência ainda maior. Atta era formado em arquitetura; Shehhi estudava construção de navios na Universidade Técnica de Hamburgo e Jarrah se dedicava à engenharia aeronáutica. Todos eles viajaram regularmente para fazer contatos a respeito da operação. Viagens à Alemanha, Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Emirados Árabes, Indonésia, Espanha e Afeganistão ocorreram inúmeras vezes. Os três primeiros eram jovens bem articulados que conviviam normalmente na sociedade alemã. Jarrah inclusive bebia cerveja (o que é proibido aos muçulmanos) e era conhecido por gostar da vida noturna de Hamburgo. Em suma: todos eram jovens como quaisquer outros. Mesmo depois de suas atitudes

se tornarem mais fundamentalistas (por volta de 1999), seus pontos de vista a respeito das agressões dos Estados Unidos e de Israel em relação aos palestinos, em particular, e ao mundo muçulmano, em geral, não diferiam das de muitos jovens do ocidente. Bem treinados e aconselhados pelos líderes da operação, eles seguidamente se controlavam para não entrar em discussões muito acaloradas sobre *jihad* ou política internacional quando estavam em público. Também foram aconselhados a raspar suas barbas e não mais freqüentar mesquitas extremistas (9/11 Commission, 2004: 160-167).

O terceiro aspecto da globalização que potencializa o terrorismo é o uso de novas tecnologias de comunicação, notadamente da *internet* e da tevê a cabo pelo terror. A internet facilita as operações na medida em que permite a troca de textos de forma instantânea e desterritorializada pelo mundo e também porque através dela podem ser buscadas informações que estão em rede, tais como sistemas de segurança de aeroportos e plantas de cidades ou de arranha-céus. Também estão na internet técnicas de composição de explosivos e armas bacteriológicas. Além da internet, nas duas últimas décadas, também vimos o expressivo aumento dos canais de televisão a cabo, que permitem que imagens e informações de todos os cantos do mundo sejam captadas em qualquer lugar instantaneamente. Estima-se que o seqüestro dos atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique em 5 de setembro de 1972 tenha sido acompanhado ao vivo pela televisão por mais de 500 milhões de pessoas (Clutterbuck, 1980:88). No caso dos atentados de 11 de Setembro, os exíguos dezessete minutos que separaram o impacto do primeiro avião na torre norte do impacto do outro avião na torre sul foram suficientes para que redes de televisão do mundo inteiro se preparassem e começassem a transmitir para mais de um bilhão e meio de pessoas, em todos os continentes, o acontecimento ao vivo.

Segundo o teórico da comunicação Jacques A. Wainberg, o terrorismo emprega uma antiga estratégia militar que é definida como a "administração da percepção", ou seja, como uma "'batalha' sobre o controle e a mobilização de crenças [que] não respeita fronteiras nacionais e concentra sua energia no impacto que a violência pode exercer sobre a sensibilidade humana e sobre o imaginário social". Assim sendo, "há uma fala (a atrocidade cometida), um emissor (os terroristas), um canal (a mídia em geral, mas em especial a televisão), e uma simbologia envolvida (os alvos são escolhidos por seu valor emocional e afetivo). E há, certamente, um público destinatário para o horror produzido, que é disseminado pelos meios de comunicação em massa" (Wainberg, 2005: 9-10).

A televisão tem a capacidade de tornar as terríveis sensações de se presenciar um ataque terrorista em sensações globais. Neste sentido, todas as cidades do mundo tornam-se a mesma. Segundo Paul Virilio, "todas as cidades estão no centro do mundo pelo imediatismo, pela ubiqüidade e pela instantaneidade. As cidades são o lugar da realidade política. Mais o progresso técnico se desenvolveu, mais a catástrofe se tornou desmesurada". Através das novas tecnologias de comunicação, "o tempo é mundial" (2004: A24). Em 11 de Setembro de 2001, as telas de tevê do mundo todo – o lugar por excelência da efemeridade – tornaram o terror rememorável pela espetacular brutalidade das imagens dos aviões atingindo as torres e das pessoas pulando dos prédios. A mídia via satélite tornou-se o principal multiplicador da força dos terroristas. As imagens transmitidas ao mundo todo podem, potencialmente, ser utilizadas para

pressionar a opinião pública e mobilizar movimentos sociais ao redor do mundo. Nessa segunda dimensão, portanto, o terrorismo extremo se beneficia das principais características da globalização para potencializar suas ações. É importante notar que o uso dessas características pelos terroristas torna todo e qualquer ataque um ataque não a um local, a um território específico, mas sim um ataque global, na medida em que é visto e sentido por milhões de pessoas.

3. Terrorismo extremo e relações internacionais

Com o final da Guerra Fria e com o fim do medo da hecatombe nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética, que habitou o imaginário mundial por quase meio século, um sentimento de harmonia pairou pelo mundo internacional. A paz, que deveria ser perpétua, contudo, não durou muito. Logo vieram novos e graves conflitos – fermentados por antigas desavenças culturais e políticas, que muitos acreditavam esquecidas – nos Bálcãs e no Cáucaso, por exemplo. Além destas guerras – de tipos semelhantes aos conflitos mais tradicionais que o século XX viveu – pairava no ar uma nova ameaça à "Nova Ordem Mundial": a ameaça do terrorismo extremo. Aos poucos, o terrorismo, em geral, e o terrorismo extremo, em particular, vem substituir a dinâmica tradicional da guerra entre estados soberanos por uma dinâmica de guerra como um tipo de ação policial. Aos poucos, os momentos de desestabilização da política internacional deixam de ter suas origens em agressões e disputas entre estados e passam a surgir de conflitos étnicos, raciais e culturais no seio de cada cidade-mundo multicivilizacional. Cabe aos estudiosos das relações internacionais refletirem sobre a questão: em que medida o terrorismo extremo coloca em xeque a ordem internacional?

Já vimos como ele se relaciona com as cidades, como ele catalisa o que denominamos de conflitos na civilidade e como estes conflitos ganham contornos globais devido às novas tecnologias de transportes e de informações. Nos interessamos, agora, pelas dimensões propriamente internacionais[7] dos conflitos na civilidade.

Primeiramente, nos perguntamos: em que medida nós podemos conceber que conflitos ocorridos localmente podem ter repercussões internacionais? Bem, a resposta a essa pergunta passaria pela já clara constatação de que a política interna dos estados faz-se cada vez mais política externa, uma vez que ela é globalmente transmitida através dos meios de comunicação (Guimarães, 2002; Nye, 2002; Sato, 2005). Contudo, essa constatação não nos garante, por si mesma, a compreensão dos impactos daqueles conflitos nas relações de interdependência entre estados. A chave para esta compreensão localiza-se na característica universalizadora do próprio Ocidente. O Ocidente, entenda-se o conjunto de valores éticos e morais de matriz judaico-cristã e que se desenvolveram à luz da filosofia greco-latina, principalmente em sua variante mais contemporânea, ou seja, iluminista, sempre pretendeu a expansão de suas idéias.

Hoje, após vinte e cinco séculos, podemos dizer que muitos dos valores ocidentais permeiam de forma bastante profunda as formações políticas, sociais, culturais e econômicas da maior parte dos países influentes, a ponto de ser academicamente duvidoso traçarmos fronteiras rígidas em termos estatais para demarcarmos culturas

distintas. As noções de democracia, liberdade individual, separação de Igreja e Estado, independência dos Poderes, secularismo, cientificismo, etc. podem ser percebidas desde o Japão, passando pela Tailândia, Índia e Egito, até as Américas, a Europa e vários países do continente africano. É certo que aqueles valores possuem nuances – por vezes marcantes – mas é inegável sua matriz ocidental e européia.

A expansão do Ocidente se relaciona com a globalização dos conflitos na civilidade na medida em que ela universaliza um conjunto de valores em detrimento de outros, colocando as bases do sistema de legitimação no qual se basearão as atitudes e idéias políticas em âmbito global. Por um lado, há os que deploram os atentados terroristas e marcham por sua condenação. Por outro lado, há os que deploram com igual força a imposição dos valores ocidentais a suas culturas. É precisamente contra esta imposição que muitas organizações não ocidentais – algumas terroristas – manifestam seu desprezo. Destas diferentes visões de mundo, nascem profundos antagonismos. O problema é, portanto, colocado em termos de Bem e Mal. Os bons ocidentais ou ocidentalizados, adeptos e defensores da democracia, da liberdade e da justiça; e os Outros, quaisquer que sejam, que desafiam esses valores, por meio do terrorismo ou não. É desta forma binária que, na maior parte das vezes, os conflitos entre visões de mundo divergentes nos são apresentadas por políticos, jornalistas, historiadores e formadores de opinião. É também desta forma, portanto, que muitos destes conflitos são comumente percebidos. Essa simplificação da realidade dificulta o desenvolvimento de um sentimento de tolerância e de convivência pacífica entre pessoas de diferentes tradições culturais e civilizacionais. Como vimos, os conflitos na civilidade tendem a aflorar justamente quando os sentimentos de confiança entre as pessoas se dissipam.

No plano internacional, ou seja, no plano da vida política dos estados, a característica expansiva do projeto ocidental moderno e iluminista, também se faz presente – bem como os conflitos que tende a gerar. Em poucas palavras, podemos dizer que nos últimos trezentos anos da história ocidental, pelo menos, evidenciamos um esforço de estabilização e manutenção de uma certa ordem internacional (Watson, 1993). Do equilíbrio de poder multipolar após a Paz de Vestfália, em 1648, tornada possível pelo reconhecimento da soberania de inúmeros principados; passando pelo sistema de congressos inaugurado pelo Congresso de Viena, após a derrota das forças napoleônicas, em 1814; até as tentativas mais sofisticadas e institucionalizadas na fundação de organizações como a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas (ONU), criadas, respectivamente, após o primeiro e o segundo conflitos mundiais, evidencia-se uma certa evolução, se não do sistema internacional em si como sistema confiável para a preservação ou busca da paz, pelo menos da universalização do sentimento de que a paz em si deve ser o objetivo máximo dos líderes e organizações internacionais. Isso se deve, em grande medida, à constatação de muitos governos em "buscar a segurança, a estabilidade e a previsibilidade, o que significa, em última instância, reduzir as incertezas inerentes ao ambiente anárquico[8] por meio de um comportamento que apresenta regularidades observáveis e controláveis" (Sato, 2005: 6).

Em que medida o reconhecimento da necessidade de confiança mútua em relações de interdependência entre estados se relaciona com os conflitos na civilidade gerados pelo terrorismo extremo? Chegamos, assim, à questão central de nossa argumentação. Partindo de tudo que foi exposto até aqui, podemos pensar aquela relação a partir da

noção de confiança inerente tanto à vida social nas cidades, como à vida entre estados. Compreender a ameaça do terrorismo extremo à ordem internacional demanda, portanto, a realização de uma hermenêutica da confiança em ambos níveis de análise[9].

Segundo Jose Antonio Sáinz de la Peña, a confiança no campo internacional seria "o grau de certeza que se tem em que o "outro" não realizará uma ação que possa causar-nos danos, é um sentimento que reduz a incerteza sobre as intenções, capacidades e ações do possível oponente" (2003:1). Compreendemos a interdependência complexa como "uma situação entre vários países na qual múltiplos canais de contato conectam sociedades [...]; na qual não há hierarquia de questões; e a força militar não é usada pelos governos entre si" (Keohane e Nye, 1989: 249). Percebemos que é necessário que exista algum tipo de confiança entre os governos, que caracterizará o que se chama de sociedade internacional (Bull, 2002).

Quais acontecimentos recentes poderiam ser interpretados à luz de nossas considerações? Tomemos como exemplo apenas dois eventos. O primeiro, as respostas dos Estados Unidos aos ataques de 11 de Setembro, tanto em sua política interna quanto externa. O segundo, os recentes tumultos gerados a partir da publicação de uma dezena de charges que ironizavam o profeta Maomé em um jornal dinamarquês.

O 11 de Setembro de 2001, como era de se esperar, gerou respostas duras e severas por parte do governo dos Estados Unidos e da comunidade internacional. Lembremo-nos que antes mesmo de o presidente George W. Bush sair de seu esconderijo para expor sua declaração de vingança e de caçada aos responsáveis pelos ataques, o primeiro ministro britânico Tony Blair já havia prometido apoio incondicional na luta contra o terrorismo. O 11 de Setembro também foi responsável pela aplicação, pela primeira vez, da Cláusula Cinco do Tratado da Organização do Atlântico Norte, a OTAN, que versava sobre a responsabilidade de todos seus membros apoiarem um dos estados-membros em caso de agressão. Vários países se solidarizaram politicamente com os Estados Unidos. Alguns, como Rússia, China e Israel, apoiaram a intensificação de uma "guerra contra o terrorismo" para justificar suas próprias pretensões de aniquilar movimentos que consideram rebeldes e/ou separatistas em seus territórios, como no caso de certos movimentos chechenos, tadjiques e palestinos, respectivamente. Enfim, a "guerra contra o terrorismo" caiu como uma luva para colocar em prática uma série de políticas unilaterais e multilaterais nos planos doméstico e internacional.

Contudo, é no plano doméstico que podemos encontrar os primeiros traços dos conflitos na civilidade. Logo após os atentados, foram evidenciados inúmeros ataques a muçulmanos, árabes ou a quaisquer pessoas que se parecessem com muçulmanos e árabes nas ruas de várias metrópoles. Houve, inclusive, o caso de um brasileiro espancado em Nova Iorque devido a sua tez morena, que lembrava a de um árabe. Estabelecimentos comerciais de paquistaneses, sikhs, árabes foram apedrejados, saqueados e queimados. Os taxistas – que em sua maioria são migrantes do Oriente Médio ou do sudeste asiático – passaram a ouvir de seus clientes ameaças veladas e piadas a respeito da vingança do Tio Sam. Enfim, a atmosfera entre as diferentes etnias que convivem nas grandes metrópoles – mas não apenas nelas – se tornou bastante tensa após o 11 de Setembro.

As medidas oficiais tomadas, especialmente, pelo governo norte-americano não facilitaram a questão. Apesar de o presidente se apressar em assegurar que a "guerra

contra o terrorismo" fosse uma luta contra o terrorismo e não contra o islã – uma vez que precisava do apoio de países muçulmanos importantes, tais como Arábia Saudita, Paquistão, Índia, Turquia e Egito – as medidas adotadas por sua administração foram nitidamente anti-muçulmanas.

A socióloga Louise Canikar, num estudo sobre o impacto das políticas pós-11 de Setembro sobre as comunidades muçulmanas em Chicago, conclui que "a identificação de membros destas comunidades de forma indiscriminada" é o maior problema. Entre as vinte políticas internas adotadas pelo governo após os ataques, quinze diziam respeito, diretamente, aos muçulmanos que viviam nos Estados Unidos (2004: 245). Dentre estas medidas ela ressalta: a suspensão ou o maior rigor na emissão de vistos, a suspensão de bolsas de estudos, o monitoramento da vida privada e inclusive a suspensão de tratamentos de pacientes que necessitavam de quimioterapia. Um outro estudo aponta que, antes do 11 de Setembro, pelo menos 80% dos americanos pensavam ser errado empregar perfis raciais na aplicação da lei, como policiais terem o direito de suspeitar de um motorista negro. Após os ataques, 60% favoreceram o uso de perfis raciais "pelo menos se o suspeito [fosse] árabe ou muçulmano" (Maira, 2004:219).

Esses problemas não são encontrados apenas nos Estados Unidos, mas em praticamente todos os países que possuem comunidades islâmicas. Na Austrália, inúmeros casos de violência contra muçulmanos ou contra instituições que ajudam imigrantes e auxiliam exilados de países como Afeganistão e Irã foram reportados. Uma mulher que fazia compras em Melbourne foi insultada e alvejada por ovos; outra dirigia para casa após pegar as filhas na escola e passou a ser seguida por uma mulher, que xingou a ela e às suas filhas por serem islâmicas e não pertencerem àquele país (Mason, 2004: 234).Os casos de agressões são quase infindáveis. Há um aumento das relações de antagonismo, desconfiança, medo e temor entre as diferentes etnias e civilizações.

O mundo muçulmano também realiza ações violentas em relação ao ocidente. Exemplar é o espancamento sofrido pelo repórter norte-americano Robert Fisk na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão.

> Eles começaram apertando mãos. Nós dissemos, "Salam aleikum" – que a paz esteja com você – daí as primeiras pedras começaram a passar pelo meu rosto. Um garoto tentou pegar minha mochila. Então outro. Alguém me socou as costas. Aí um jovem quebrou meus óculos, começou a jogar pedras na minha cabeça e rosto. Eu não conseguia enxergar porque o sangue descia pela minha testa e inundava meus olhos. E mesmo neste momento eu compreendi. Eu não os conseguia culpar pelo que estavam fazendo. De fato, se eu fosse os refugiados de Kila Abdullah, perto da fronteira afegão-paquistanesa, eu teria feito o mesmo com Robert Fisk. Ou com qualquer outro ocidental que eu conseguisse encontrar (2002: 211).

O 11 de Setembro pode ser interpretado, portanto, como um tipo de catalisador dos conflitos na civilidade na medida em que proporcionou, ou pelo menos tornou mais evidentes, ressentimentos entre diferentes culturas e etnias que convivem nas cidades-mundo espalhadas pelo globo. Devido à ubiqüidade das notícias e das imagens num mundo globalizado, o ressentimento não se restringe ao espaço limitado de um ou de outro estado. Os conflitos são, também, ubíquos. Eles, potencialmente, podem eclodir em qualquer lugar.

Quais foram as implicações internacionais desses conflitos na civilidade? O primeiro impacto para as relações de interdependência entre os estados foi, precisamente, a perda de confiança de muitas pessoas, de organizações não-governamentais e, inclusive, de governos ao deixarem de acreditar que a coalizão que se formava para lutar a "guerra contra o terrorismo" fosse realmente séria e que valesse a pena juntar-se a ela. Os casos mais exemplares de governos que se recusaram a fazer parte da coalizão para invadir o Iraque, em parte devido à pressão da opinião pública e em parte por motivos que feriam seus interesses econômicos, foram os da Alemanha e França. Após o imbróglio político e diplomático entre a coalizão e aqueles governos – que acabaram por se tornar, também, em problemas comerciais e culturais entre eles[10] –, houve o caso da saída da Espanha da coalizão após os atentados de 11 de março de 2003 em Madri. Lembremos que os principais formuladores da política de invasão do Iraque – que ocorreu à sombra da "guerra contra o terrorismo" – foram os governos americano, britânico e espanhol. As razões precisas que levaram o governo espanhol – e poderosos setores econômicos a ele ligados – a tomar parte tão ativa naquele conflito que muitos observadores viam como equivocado e perigoso permanecem um mistério. Contudo, após os ataques terroristas da al Qaeda em solo espanhol, a população se revoltou e se perguntou seriamente por que estava participando daquela guerra. A perda de prestígio do governo de José Maria Aznar foi imediata – uma perda de prestígio que se fundamentou, em grande medida, em sua tentativa de culpar o ETA pelos ataques, o que a própria organização se apressara a negar. O sentimento – não completamente equivocado – de que a "guerra contra o terrorismo" não passa de retórica que pretende disfarçar aspirações de dominação política e econômica de algumas regiões do planeta mina algumas das possibilidades de se tomar a sério a questão do crescimento e disseminação de organizações terroristas.

Em 2003, o primeiro ministro italiano Silvio Berlusconi teve de ceder às pressões da opinião pública de seu país após sofrer uma enxurrada de críticas pelo seqüestro da repórter Giuliana Sgrena no Iraque. Já dentro de um processo de seguidas manifestações públicas contra a participação da Itália na Coalizão, Berlusconi foi praticamente forçado a admitir num canal de tevê que fora a opinião pública que o teria feito tomar a decisão (*Folha de São Paulo*, 2003: A13). Segundo analistas, a decisão de Berlusconi pode estar ligada ao fato de ele ser o único forte candidato da direita a concorrer nas próximas eleições para o cargo de Primeiro Ministro, que ele mesmo já afirmou pretender manter. De qualquer modo, a decisão de retirar as tropas italianas do Iraque vem a comprovar a tese de que cada vez mais a política internacional não é decidida apenas no âmbito da alta política estatal, mas sim no âmbito da vida política interna. De fato, as fronteiras entre o interno e o externo são cada vez mais difíceis de serem encontradas.

Foi neste contexto de generalizada desconfiança entre ocidentais e islâmicos que a publicação – inicialmente trivial – de charges que retratavam o profeta Maomé deu origem a tumultos, mortes e perseguições em uma dezena de países, não apenas muçulmanos, mas também europeus, no final de 2005. O epicentro do conflito foi a pacífica Dinamarca. Duas semanas após a publicação das charges no jornal *Jyllands-Posten* a 30 de setembro, embaixadores muçulmanos reclamaram perante o governo dinamarquês por considerarem os desenhos ofensivos a sua religião. A 10 de janeiro

de 2006, o jornal norueguês *Magazinet* republicou as charges. A 26 de janeiro, a Arábia Saudita retirou seu embaixador da Dinamarca e boicotou produtos daquele país. A partir da publicação das charges no tablóide jordaniano *Al Mehwar*, protestos violentos se multiplicaram pelo mundo muçulmano, da Argélia ao Egito, do Líbano ao Irã, passando por Iraque e Afeganistão até a Indonésia. As desculpas do editor-chefe do jornal dinamarquês não foram suficientes para acalmar a ira muçulmana e, na primeira semana de fevereiro, os protestos começam a fazer seus primeiros mortos em confrontos com a polícia. A repercussão daquele acontecimento local (a publicação de charges em um jornal) afetou a vida política de inúmeros países europeus e asiáticos, tendo repercussões também na África do Sul, Nova Zelândia e Chile. A secretária de estado dos EUA, Condoleezza Rice, chegou a alertar para o perigo dos conflitos fugirem do controle. Aos poucos, é verdade, a ira foi se dissipando.

Contudo, devemos prestar atenção a esse novo tipo de catalisador de conflitos: o estigma civilizacional. Este tipo de sentimento pode ser, inclusive, supervalorizado com a ocorrência de atentados terroristas extremos que vitimam aos milhares e que causam profundos sentimentos de revanche e de vingança na opinião pública.

Para finalizarmos, cabe agora fazermos algumas confrontações entre as hipóteses de trabalho que lançamos aqui e a tese já célebre de Samuel P. Huntington sobre o *choque de civilizações*. De início, cabe deixar claro que o trabalho de Huntington vem sendo mencionado sem muitas sistematizações por um número fenomenal de historiadores, sociólogos, politólogos e jornalistas desde o 11 de Setembro. Quem tem seguindo os debates sobre política internacional conhece a freqüência alarmante de menções ao trabalho de Huntington. Alguns concordando, outros discordando. Contudo, o que parece invariável é o grau de superficialidade com que se tem tratado o trabalho do norte-americano. Acreditamos que a tese de Huntington possui muitos problemas, mas também muitos *insights* interessantes sobre a política internacional do pós-Guerra Fria. Talvez Huntington tenha se tornado aquele tipo de autor que de tão polêmico e citado – como Francis Fukuyama – todos julgam conhecer seu trabalho antes mesmo de lê-lo mais detidamente. Enfim, Huntington foi academicamente estigmatizado, tendo sua obra enquadrada como "correta" ou "errada". Acreditamos que ele merece nossa atenção por sua densidade e pela riqueza de suas observações. Cabe a nós acadêmicos percebermos as potencialidades de análise de todos os trabalhos, deixando de lado algumas rixas que, muitas vezes, é verdade, surgem mais divergências políticas do que científicas.

Comecemos pelo que consideramos ser de extrema validade em *O Choque de Civilizações* (1997). Primeiramente, cabe salientar o reconhecimento de que os estados não podem mais ser considerados os atores principais das relações internacionais. Há organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas transnacionais e multinacionais e inclusive indivíduos que exercem pressão e têm suas vozes ouvidas com seriedade nas questões que envolvem a política internacional. Contudo, pensamos que Huntington, apesar de fazer essa ressalva importante, ainda coloca os estados no centro de sua tese. Essa centralidade pode ser percebida na importância que ele lega ao que denomina *estados-núcleos* de civilizações, ou seja, os estados ao redor dos quais os demais estados de cada civilização giram em círculos concêntricos. O estado-núcleo do Ocidente seriam os Estados Unidos, o estado-

núcleo da civilização sínica, a China, o estado-núcleo da civilização japonesa, o próprio Japão, e assim por diante. Os estados-núcleos de cada civilização assumem os lugares das superpotências: "Eles são a fonte da ordem no seio das civilizações e, através de negociações com outros estados-núcleos, entre civilizações". Logo, quando as civilizações "carecem de estados-núcleos, os problemas de criar a ordem no seio dessas civilizações ou negociar a ordem entre civilizações se torna difícil", sendo o exemplo mais patente o islã, que, segundo ele, não possui um estado-núcleo (1997: 193-195).

Seguindo esta argumentação, Huntington nos fala dos *conflitos de linha de fratura*[11], os conflitos que ocorrem "no nível local ou micro [...] entre estados vizinhos de civilizações diferentes, entre grupos de civilizações diferentes dentro de um mesmo estado e grupos que estão tentando criar novos estados com os destroços do antigo estado" (*idem*: 260). Os conflitos de estados-núcleos representariam a dimensão macro deste tipo de conflito. Assim, nos aproximamos bastante da hipótese de Huntington uma vez que também consideramos os conflitos de "grupos de diferentes civilizações dentro de um mesmo estado". A nosso ver, nesse ponto, a tese de Huntington pode enriquecer a percepção de muitos dos conflitos que se desenvolvem no mundo contemporâneo. Mas há ainda um problema. O norte-americano defende que, uma vez iniciados esses conflitos de linha de fratura em âmbito micro, intraestatal, os estados-núcleos de cada civilização serão os responsáveis pela ajuda na solução daqueles conflitos. Essa é uma suposição que resistimos muito a corroborar.

Segundo nossa hipótese, se fôssemos empregar a mesma categoria de Huntington, diríamos que os conflitos de linhas de fratura ocorrem, precisamente, nas fraturas urbanas entre o que John Urry chamou de *zonas de segurança* e *zonas selvagens*. Há, nesses conflitos, evidentemente, elementos civilizacionais, como vimos argumentando. Mas há, também, elementos de discriminação econômica e social importantes. Os bairros pobres de metrópoles como Nova Iorque e Paris, com suas comunidades hispânicas, marroquinas, caribenhas, curdas, turcas, brasileiras e argelinas podem ser pensados como potenciais focos de acúmulo de tensão na medida em que eles se chocam tanto cultural quanto economicamente com as zonas de segurança dos bairros ricos, dos *shoppings centers*, dos arranha-céus, clubes de golfe, etc. Como vimos nas recentes revoltas que se espalharam pela França e que nasceram de um acontecimento local e bem definido: a morte de dois jovens argelinos numa perseguição policial em Paris. Milhares de carros foram incendiados, prédios públicos foram queimados, milhares de pessoas foram presas, causando prejuízos materiais na escala dos milhões de euros.[12]

Por último, acreditamos que a maior diferença entre nossas hipóteses de trabalho e as de Huntington seja a de que não pretendemos, de modo algum, formular uma metateoria explicativa do mundo. Não temos a pretensão de explicar *todos* os conflitos a partir de nosso quadro conceitual. Sequer consideramos o que aqui chamamos de conflitos na civilidade como sendo os conflitos mais importantes do pós-Guerra Fria. Acreditamos, contudo que esse tipo de conflito tem se mostrado cada vez mais preocupante no cenário internacional, o que se deve, em grande medida, à intensificação e potencialização de atentados terroristas, notadamente, o do 11 de Setembro.

Conclusão

O terrorismo extremo torna-se uma ameaça para as relações internacionais na medida em que, potencialmente, mina as relações de confiança e de interdependência que os estados devem nutrir entre si para que exista um bom andamento nos assuntos internacionais. Num mundo globalizado, mesmo um ato localizado (como o é um atentado terrorista) adquire proporções globais com espantoso imediatismo.

As cidades-mundo da globalização colocam todas as civilizações em contato, ao mesmo tempo, no mesmo lugar. Desta forma, o terrorismo extremo torna-se infinitamente mais ameaçador do que as antigas formas de terrorismo, especialmente, pela capacidade que os terroristas possuem hoje de vitimar aos milhares a partir de operações de baixíssimo custo. O terrorismo extremo ativa os conflitos na civilidade por estar inserido num contexto de intensas trocas e fluxos humanos, econômicos e políticos.

Pensar o terrorismo extremo contemporâneo requer novas teorizações. Esperamos que estas breves linhas tenham indicado algumas questões relevantes para a compreensão do terrorismo extremo e de suas implicações para as relações internacionais.

Notas

* O conjunto de argumentos que formam o presente texto foi apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia (Belo Horizonte, 31/05-03/2006), no XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) (Porto Alegre, 22-26/08/2005), no XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH (Londrina, 17-22/7/2005) e no Seminário Modernidade e Pós-Modernidade: Identidades, Fronteiras e Cultura (Santa Maria, 23-27/5/2005). Agradeço os comentários recebidos nos encontros.

1 Arguto e preciso, Eric Hobsbawm percebera esta perda da força efetiva dos estados já no início da década de 90 e inclusive menciona o primeiro ataque ao WTC como marco desta perda (1996: 539). Lembramos que consideramos o 11 de Setembro como marco mais significativo da nova realidade terrorista, mas de forma alguma como marco inicial. Os atentados de 11 de Setembro permanecem especiais porque envolveram uma organização e uma logística verdadeiramente globais, driblando sistemas de segurança nacionais e internacionais que se julgavam capazes de impedi-los.

2 É importante ressaltarmos que a noção de *escalada* não implica uma linearidade cumulativa das técnicas e estratégias empregadas por organizações terroristas. Na escalada, há avanços e retrocessos, períodos de maior extremismo e períodos nos quais os atentados são mais convencionais. Contudo, a noção de *escalada* condiz com uma sinistra lógica do terrorismo: a de que os atentados, para serem mais espetaculares, devem superar os anteriores, em carnificina e espetáculo. Nesta lógica, o 11 de Setembro será superado. É só uma questão de tempo. É importante, também, ressaltarmos que não é nosso objetivo, nesse texto, fazermos uma comparação mais detida do novo terrorismo, que aqui denominamos de *terrorismo extremo*, e o antigo, ou os antigos, terrorismo(s). Algumas daquelas diferenças aparecerão ao longo do texto. Contudo, para uma maior sistematização daquelas diferenças, indicamos nosso texto, Arend (2005b).

3 Referimo-nos aos ataques às embaixadas norte-americanas ocorridos simultaneamente nas capitais daqueles dois países africanos (Nairobi e Dar es Salaam, respectivamente) a 7 de agosto de 1998. Estes atentados mataram aproximadamente 400 pessoas e feriram mais de 5.000. Muitos autores consideram estes ataques o *debut* da al Qaeda no terrorismo extremo. Sobre esta opinião ver: *The 9/11 Commission Report* (2004). Uma das maiores autoridades no assunto, Yossef Bodansky (2001: 293), no entanto, não responsabiliza a organização de bin Laden e sequer menciona a existência da al Qaeda em meados de 1998. Bodansky defende que ambas as explosões foram patrocinadas pelo Irã, pelo Hezbollah Internacional e pelos governos do Sudão e do Paquistão.

4 Segundo o relatório da Comissão do 11 de Setembro, toda operação custou entre 400 e 500 mil dólares. A origem dos fundos permanece desconhecida, embora se saiba que foi Khalid Sheikh Mohammed quem realizou as operações. (2004: 169-172).

5 Compreendemos a confiança, partindo das formulações de Anthony Giddens, como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de dados e eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos" (1991: 41).

6 Não é o momento para nos embrenharmos na discussão acerca da globalização, um termo bastante polêmico, debatido e desgastado. Compreendemos a globalização como um longo processo de encolhimento de distâncias proporcionado pelo desenvolvimento de tecnologias de informação, comunicação, bem como de meios de transportes. Tal encolhimento do mundo afeta e transforma a vida humana como um todo, pois se relaciona com nossas percepções espaço-temporais que, de forma complexa, estruturam a forma de vermos e de estarmos no mundo. A globalização pode ser retrocedida até meados do século 19. Contudo, o processo ganhou ainda ímpeto a partir de meados da década de 1970. Sobre o processo de aceleração que compreendemos como globalização, ver: Castells (2000), Thompson (2001) e Harvey (2004).

7 Estamos cientes das transformações no cenário mundial que impõe a substituição da expressão "internacional" para "transnacional". Mesmo assim, ao longo de nosso texto, temos empregado a expressão "internacional" por dois motivos: primeiro, por que tratamos da realidade da vida entre estados – apesar de questionarmos a primazia dos estados como os atores mais importantes das relações internacionais; segundo, por que nossa argumentação gira em torno de uma renovação no seio da disciplina de Relações Internacionais no que diz respeito à interpretação do terrorismo como ameaça global que, a nosso ver, está ainda demasiadamente tomada de realismo.

8 Muitos estudiosos das Relações Internacionais aceitam acriticamente as expressões *anarquia*, *desordem* e *caos.* Cremos se tratar de expressões com raízes profundamente diferentes e com implicações teóricas gigantescas. Uma genealogia daquelas expressões e suas implicações para a teoria das RI prova-se urgente. A citação que empregamos, retirada de um texto do prof. Sato, é válida por sua percepção de que a busca por estabilidade, segurança e estabilidade prova-se recorrente entre os estados, notadamente desde o início do século 20.

9 Compreendemos o "local" e o "global" como "níveis" de análise distintos apenas enquanto categorias metodológicas. Não defendemos aqui uma hierarquia destas duas perspectivas.

10 A ira do governo norte-americano quanto à recusa da França em apoiar a invasão do Iraque – ou de pelo menos votar a seu favor no Conselho de Segurança da ONU – levou o governo e a opinião pública norte-americana a se mobilizar para realizar represálias contra produtos franceses, tais como o vinho. O caso mais disparatado dessa reação foi a mudança de nome das populares *French fries* (batatas fritas) para *Freedom Fries*.

11 Vale apontar que Huntington difere guerras de linha de fratura de conflitos de linha de fratura. As primeiras seriam "os conflitos que se tornaram violentos. Essas guerras podem ocorrer entre estados, entre grupos não-governamentais, e entre estados e grupos não-governamentais". Elas são do tipo "pára-e-recomeça, que pode eclodir numa imensa violência e depois ir diminuindo para uma guerra de baixa intensidade ou hostilidade soturna, para novamente eclodir" (1997: 320-21).

12 Nos referimos aos conflitos que, entre outubro e novembro de 2005, se espalharam por dezenas de cidades francesas e belgas.

Referências bibliográficas

9/11 COMMISSION REPORT, The (2004), Washington, D.C., United States Senate.

AREND, Hugo (2005a), "Cultura e Sociedade Internacional: uma Conjunção Possível entre Hedley Bull e Clifford Geertz". *Revista Biblos,* Rio Grande, vol. 17, pp.7-22.

_____. (2005b), "Terrorismo Extremo e os Tensionamentos nas Democracias". *Ciências Sociais – Unisinos*, vol. 41, nº 3 (no prelo).

AUTH, Tony (2001), "Blind Hatred". *The New York Times*, 13 de setembro.
BAUMAN, Zygmunt (2003), *Comunidade: a Busca por Segurança no Mundo Atual*. Rio de Janeiro, Zahar.
BODANSKY, Yossef (2001), *Bin Laden: O Homem que Declarou Guerra à América*. São Paulo, Ediouro.
CANIKAR, Louise (2004), "Post 9/11 Policies Affecting U.S. Arabs and Muslims: a Brief Review". *Comparative Studies of South Asia and the Middle East*, vol. 24, nº 1, pp. 245-248.
CASTELLS, Manuel (2000), *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
CLUTTERBUCK, Richard (1980), *Guerrilheiros e Terroristas.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.
FISK, Robert (2002), "My Beating by Refugees is a Symbol of the Hatred and Fury of this Filthy War", *in* Phil Scraton. *Beyond September 11th: An Anthology of Dissent*. London, Pluto Press, pp. 211-216.
Folha de São Paulo, 31 de janeiro de 2003, p. A13.
GIDDENS, Anthony (1991), *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, UNESP.
GUELKE, Adrian (1995), *The Age of Terrorism and the International Political System.* London, Tauris.
GUIMARÃES, César (2002), "A política Externa dos Estados Unidos: da Primazia ao Extremismo". *Estudos Avançados*, vol. 16, nº 46, pp. 53-67.
HARDT, Michael; NEGRI, António (2001), *Império*. Record, Rio de Janeiro.
HARVEY, David (2004), *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
HOBSBAWM, Eric (1996), *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras.
HUNTINGTON, Samuel (1997), *O Choque de Civilizações.* Rio de Janeiro, Objetiva.
MAIRA, Sunaina (2004). "Youth Culture, Citizenship and Globalization: South Asian Muslim Youth in the United States after 9/11". *Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, vol. 24, nº 1, pp. 219-231.
MASON, Victoria (2004), "Strangers Within the 'Lucky Country': Arab-Australians after 9/11". *Comparative Studies of South Asia and the Middle East*, vol. 24, nº 1, pp.233-243.
NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert (1989), *Power and Interdependence*. New York, Harper Collins.
NYE, Joseph S (2002), *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo, Editora da Unesp.
SÁINZ DE LA PEÑA, José Antonio (2003), "Medidas de Confianza y Diálogo Cultural". *Unisci Discussion Papers*, Madrid, pp. 1-6.
SATO, Eiiti (2005), "As Relações Internacionais, a Sociologia e os Debates Correntes sobre Conflito, Cooperação, e Mudanças na Ordem Internacional". *Cena Internacional*, nº. 1, pp. 1-25; www.relnet.com.br, acesso: dezembro de 2005.
THOMPSON, John B. (2001), *Mídia e Modernidade*. Petrópolis, Vozes.
URRY, John (2002), "The Global Complexities of September 11". *Theory, Culture and Society*, London, vol. 19, nº 4, pp. 57-69.
VIRILIO, Paul (2004), "'Pânico Frio' Substitui a Guerra Fria". *Folha de São Paulo*, 4 de abril, p. A24.
VIRILIO, Paul (1999), "Nueva York Delira", *in* Paul Virilio. *Un Paisage de Acontecimientos.* Buenos Aires, Paidós.
WAINBERG, Jacques A. (2005), *Terror e Mídia*. São Paulo, Paulus.
WATSON, Adam (1993), *The Evolution of International Society*. London, Routledge.

Resumo

Neste artigo, tentamos demonstrar o modo pelo qual o terrorismo de finais do século XX pode ser interpretado como um fator de instabilidade nas relações de interdependência entre Estados. Diferentemente do terrorismo revolucionário, o terrorismo extremo, atuando globalmente, utiliza-se de técnicas e estratégias que visam à

vitimação indiscriminada e em massa. Os atentados têm repercussão imediata pelo globo, chocando e traumatizando a vida nas cidades-mundo. Os conflitos na civilidade dizem respeito à insegurança e à desconfiança geradas pelo novo terrorismo tanto local quanto globalmente, colocando em xeque as noções de segurança e de confiança que devem permear tanto a vida civil quanto a vida nas relações internacionais. Isso significa que os estados não são os únicos a interferirem seriamente nos conflitos internacionais. Hoje, organizações terroristas, devido à capacidade de vitimação em massa de que dispõem, podem, de várias formas, desestabilizar o sistema internacional como um todo.

Abstract

In this article, we try to demonstrate how the late 20th century terrorism can be interpreted as a factor of instability in the relations of interdependence among states. Differently from the revolutionary terrorism, the extreme terrorism, acting globally, uses techniques and strategies which aim at indiscriminate mass casualties. The attacks have immediate repercussion all over the globe, traumatizing the world-cities' life. The conflicts in civility are related to the insecurity and mistrust generated by the new terrorism both locally and globally, jeopardizing the notions of security and trust that should be part of life both in civil and in international relations. This means that states are not the only ones to seriously interfere on international conflict. Terrorist organizations are able to destabilize the international system due to their capacity of victimizing thousands at once.

Palavras-chave: Terrorismo extremo, Relações Internacionais, Choque de Civilizações.
Keywords: Global Terrorism, International Relations, Clash of Civilizations.